



Expresso

26-01-2013

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Sociedade

Dimensão: 873

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/22

**Esterilização
é cada vez
mais sugerida
a africanas**

**No caso da muçulmana
de Sintra a quem foram
retirados 7 filhos, a pressão
começou em 2009**

P22

Esterilização é cada vez mais sugerida a imigrantes africanas

Laqueação das trompas era uma das condições exigidas, desde 2009, à mãe de Sintra que ficou sem sete filhos



Liliana Melo, muçulmana, faz cinco orações por dia na sua casa na Tapada das Mercês, em Sintra

HUGO FRANCO
e ISABEL LEIRIA
Foto TIAGO MIRANDA

“Porque não opta pela laqueação das trompas?” A pergunta é cada vez mais repetida nas consultas de planeamento familiar nos centros de saúde que servem bairros sociais da Grande Lisboa, desde logo a imigrantes de origem africana. “Há um preconceito sobre estas mulheres por parte de médicos e assistentes sociais. A sua sexualidade é tida como irresponsável e indisciplinada”, revela a investigadora Chiara Pussetti, do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, do ISCTE (Lisboa).

Esta é uma das conclusões de um estudo da especialista em migração, que será concluído nos próximos meses e que incidiu sobre mais de 70 utentes africanas dos serviços de saúde. As sugestões sobre métodos contraceptivos permanentes ou de longa duração “são um fenómeno recente, acentuado pela crise econó-

mica”. Isto porque, segundo Chiara Pussetti, há um “incómodo” de uma parte da população sobre a fertilidade das imigrantes africanas. “Existe o receio de que estas mulheres continuem a ter mais filhos e que as suas famílias vivam à custa do Estado.”

A tese da antropóloga não é contestada pela Associação de Médicos de Clínica Geral. “Quando percebemos que uma mãe não tem condições económicas para ter mais filhos, mas ela pensa em tê-los na mesma, aconselhamos métodos contraceptivos mais eficazes do que a pílula”, confirma o vice-presidente, Rui Nogueira. Mas nega que o preconceito acerca da sexualidade africana seja regra entre os médicos. “Tentamos respeitar a cultura e a religião das utentes.”

No caso de Liliana Melo, uma muçulmana de 34 anos que, em junho do ano passado, viu o Tribunal de Sintra retirar-lhe sete dos dez filhos, a pressão terá vindo dos serviços sociais e de justiça. Pelo menos desde junho de

2009, diz esta mãe, foi “pressionada” para laquear as trompas. Fazia parte de um conjunto de deveres fixado no acordo de proteção estabelecido pela Equipa de Crianças e Jovens (ECJ) de Sintra, tutelada pela Segurança Social e que funciona junto do tribunal. Se não os cumprisse podia perder a guarda dos filhos. A sua história suscitou esta semana acesa polémica.

Situação “inédita”

“Assinei sempre os acordos, mas ia avisando os técnicos de que não concordava e não iria cumprir a esterilização. Sou muçulmana e a minha religião não me permite retirar partes do corpo”, conta a cabo-verdiana ao Expresso, no apartamento de quatro assoalhadas situado numa subcave de um prédio da Tapada das Mercês, em Sintra. “Só queria ganhar tempo para conseguir ficar com os meus filhos.”

Em 2007, uma denúncia à Comissão de Proteção de Menores (CPCJ) de Sintra Ocidental, por

uma das filhas faltar um mês à escola, abriu um processo que divide opinião pública e juristas. “Se o mundo fosse quadrado procurava um canto para me esconder”, desabafa a mãe, que desde o início do processo teve enfrentando mais cinco filhos.

“O objetivo nunca foi retirá-los à família. Mas cinco anos de apoio à mãe não resultaram. A decisão surge no fim, quando já tinha dez filhos”, justifica Teresa Villas, presidente da CPCJ de Sintra Ocidental. Acrescenta que a laqueação de trompas “nunca foi uma imposição nem podia ser” e que “depende sempre do consentimento da mulher”. Também esta semana, o Instituto de Segurança Social negou que os seus serviços “tenham imposto tal procedimento”.

Mas o Expresso sabe que a condição consta do processo, pelo menos desde junho de 2009. Liliana Melo tinha de fazer prova do seu acompanhamento no Hospital Amadora-Sintra, por causa do processo de laqueação. No acórdão do Tribunal de Sin-

tra também é referido, pelo menos por duas vezes, o processo de esterilização que a cabo-verdiana não estava a cumprir.

O incumprimento, assumido pela mãe, foi um dos motivos invocados pelo tribunal para a decisão de entrega dos menores para adoção. Mas não só: a imigrante não apresentou um comprovativo de emprego, não garantiu a assiduidade das crianças na escola e as condições mínimas de higiene. O acórdão ressalva que a mãe não maltratava os filhos. “A sentença é muito desproporcional em relação aos factos”, defende Paula Penha Gonçalves, uma das advogadas de Liliana Melo.

Juristas ouvidos pelo Expresso salientam que a esterilização como uma das condições para manter a guarda dos filhos é inédita. “Nunca vi nada assim, nem há na jurisprudência casos destes”, afirma Paulo Encarnação, advogado penalista. O processo está agora nas mãos do Tribunal Constitucional.

hfranco@expresso.imprensa.pt

FRASES

“Se o mundo fosse quadrado procurava um canto para me esconder”

Liliana Melo Mãe dos sete filhos entregues para adoção

“Ninguém pode forçar uma pessoa no seu perfeito juízo a submeter-se a uma esterilização”

Miguel Oliveira da Silva Presidente do Conselho de Ética para as Ciências da Vida

“Uma mãe assina tudo para manter os seus filhos. Era fundamental que tivesse sido garantida assessoria jurídica, para lhe explicar as implicações do acordo”

Pedro Mourão Juiz desembargador

“Entendeu-se que era mais seguro determinar a laqueação das trompas do que recomendar apenas. É um assunto muito complexo. Religiosamente, não tenho uma resposta”

David Munir Irmã da Mesquita de Lisboa

“A decisão do Tribunal de Sintra não tem a ver com o argumento de esta família ser mais pobre ou mais rica”

Rui Rangel Presidente da Associação de Juízes pela Cidadania

“Suspeitamos de graves violações de direitos humanos”

Comunicado da Confederação Nacional de Associações de Família